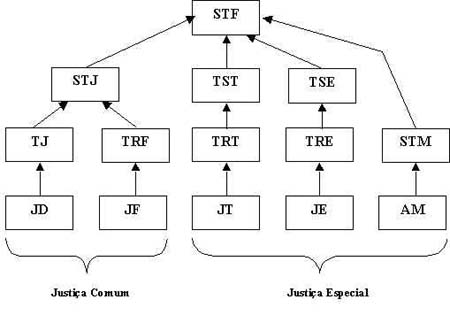
|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **FACULDADE FORTIUM** – **UNIDADE Gama** | | |
| **CURSO DE DIREITO** | |  |
| **DISCIPLINA**: TEORIA GERAL DO PROCESSO | | Descrição: Nova imagemDescrição: Nova imagemAULA 06 |
| **SEMESTRE: 3º** | **TURNO: MATUTINO/NOTURNO** |
| **PROFESSOR**: Lívia Alves de Lima | |

**ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

São órgãos do Poder Judiciário (artigo 92 da CF):



**Art. 92 (...)**

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na

Capital Federal. [(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art92)

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional. [(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art92)

**Art. 93, I,**

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação; [(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art93)

[**QUINTO CONSTITUCIONAL**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art93)

[**Art. 94**. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art93) [Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art93) de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade [profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art93)

[**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art93)

[Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art93) [de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art93) Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois)

anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo: [(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 2009)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc61.htm#art1)

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

[**Art. 104. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art93)

Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo: [(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art104)

I - um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos

Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal;

II - um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do

Distrito Federal e Territórios, alternadamente, indicados na forma do art. 94.

[**TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art93)

[Art. 107. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art93) [possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art93) [trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art93)

I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do

Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira;

II - os demais, mediante promoção de juízes federais com mais de cinco anos de exercício, por antigüidade e merecimento, alternadamente.

**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

Art. 111-A. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo: [(Incluído pela Emenda](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art2) [Constitucional nº 45, de 2004)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art2)

I um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do

Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

II os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO**

Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo: [(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art115)

I um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do

Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94; II os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antigüidade e merecimento, alternadamente.

§ 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos: I - mediante eleição, pelo voto secreto:

a) três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;

b) dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça;

II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**

Art. 120. Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.

§ 1º - Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão: I - mediante eleição, pelo voto secreto:

a) de dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;

b) de dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;

II - de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo;

III - por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

**SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**

Art. 123. O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

Parágrafo único. Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, sendo:

I - três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional;

II - dois, por escolha paritária, dentre juízes auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar. Art. 124. à Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

**TRIBUNAIS E JUÍZES DOS ESTADOS**

Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º - A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 2º - Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS LEI Nº 11.697, DE 13 DE JUNHO DE 2008.**

Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e revoga as Leis nos 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003, exceto na parte em que instituíram e regularam o funcionamento dos serviços notariais e de registro no Distrito Federal.

Art. 1o Esta Lei organiza a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e regula o funcionamento dos seus serviços auxiliares, dos seus servidores e da estrutura dos serviços notariais e de registro.

Art. 2o Compõem a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios: I – o Tribunal de Justiça;

II – o Conselho Especial;

III – o Conselho da Magistratura; IV – os Tribunais do Júri;

V – os Juízes de Direito do Distrito Federal e dos Territórios; VI – os Juízes de Direito Substitutos do Distrito Federal;

VII – a Auditoria e o Conselho de Justiça Militar.

Art. 3o A competência dos magistrados, em geral, fixar-se-á pela distribuição dos feitos, alternada e obrigatória, na forma da lei.

**TÍTULO II**

**DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS CAPÍTULO I**

**DA COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL**

Art. 4o O Tribunal de Justiça, com sede no Distrito Federal, compõe-se de 35 (trinta e cinco) desembargadores e exerce sua jurisdição no Distrito Federal e nos Territórios.